

8º. Encontro da Rede de Estudos Rurais
Florianópolis (SC) – 27 a 30 de agosto de 2018

GT 02. Ruralidades, Meio Ambiente e Conflitualidades

Coordenadores: Rodrigo Constante Martins (UFSCAR) - constantemartins@gmail.com

Luis Henrique Cunha (UFCG) - luishcunha@uol.com.br

Síntese

Este GT tem como objetivo principal permitir a continuidade, no espaço da Rede de Estudos Rurais, dos debates acerca das relações entre as dinâmicas rurais emergentes no Brasil (e na América Latina) nas últimas décadas e os processos de mudança socioambiental vivenciados nos espaços rurais neste mesmo período. Assim, pretende acolher pesquisas que revelem a diversidade de situações em que as temáticas da ruralidade e do meio ambiente se cruzam, na tentativa de apreender tendências, modos de articulação entre atores, dinâmicas de conflitos e formas de institucionalização de instrumentos de preservação da natureza. O GT pretende abarcar três questões teórico-metodológicas principais: 1) a importância de pensar as relações entre ruralidades e meio ambiente numa chave processual; 2) a centralidade da investigação sobre as múltiplas manifestações do poder nos conflitos ambientais e nos processos socioambientais; e 3) a produção discursiva de alternativas políticas, teórico-conceituais e normativas para o tratamento da questão ambiental nos espaços rurais. Neste quadro, é fundamental propor um debate sobre as escalas e temporalidades das dinâmicas dos espaços rurais e da natureza. E, também, refletir sobre os diálogos possíveis entre as tradições dos estudos rurais e das perspectivas teóricas formuladas para dar conta das problemáticas ambientais. O GT receberá propostas de artigos que versem sobre: governança ambiental em contextos de ruralidade; as identidades e os conflitos socioambientais; as políticas agroambientais; as relações entre reforma agrária e desenvolvimento sustentável; a transformação nos usos da terra e as iniciativas de preservação da biodiversidade; os processos de ecologização dos territórios rurais; relações de gênero e a questão ambiental no campo; os conflitos em áreas de preservação; comunidades tradicionais e a gestão de recursos comuns; crise hídrica e as políticas que assegurem a segurança na oferta de água nos espaços rurais; extensão rural e agroecologia; as funções ambientais dos espaços rurais; avaliação da aplicação de instrumentos de mercado e de compensação ambiental na gestão de recursos naturais; entre outros temas na interface ruralidade/meio ambiente. O debate em torno dos conflitos ambientais e da conservação da natureza, em suas múltiplas interfaces com o tema das ruralidades, envolve diretamente as lutas políticas entre diferentes concepções de sociedade, permitindo expandir as noções de democracia, cidadania e justiça. Ao mesmo tempo, este debate refere-se fundamentalmente a um

conjunto diversificado de direitos – muitas vezes negados ou ameaçados – das populações rurais: direito à terra, à água, às florestas, a seus territórios tradicionais, à autodeterminação, entre muitos outros. O debate em torno das interfaces entre ruralidades e meio ambiente se torna ainda mais urgente num momento em que diversas investidas conservadoras – resultantes da articulação entre novos padrões de acumulação capitalista que opera em escala global e de forças reacionárias do patronato rural – impõem uma agenda regressiva tanto para a questão ambiental quanto para o rural brasileiro.

Sessão 1: Unidades de conservação, governança da natureza e comunidades tradicionais

1.1. Artigos relacionados

Título do trabalho	Autores(as)
A governança dos recursos naturais nas fronteiras agrícolas dos cerrados nordestinos do Brasil	Valter Lúcio de Oliveira e Eve Anne Bühler
Agricultura familiar e manejo de recursos naturais na bacia hidrográfica Piancó-Piranhas-Açu	Roberto de Sousa Miranda, Aldo Manoel Branquinho Nunes e Laiany Tássila Ferreira
Contrapondo acordos entre pessoas e parques nos contextos brasileiro e sul-africano. O caso da comunidade quilombola Ivaporunduva e dos Bhangazi	Joyce Gotlib
Estudo comparativo do processo de intensificação do manejo de açazais (<i>euterpe oleracea</i> mart.) nas comunidades Santo Antônio e Itamimbuca, no estuário amazônico	Rosileia da Costa Carvalho, Livia de Freitas Navegantes Alves e Ana Paula Dias Costa
Fronteira agrícola, agroestratégias e ameaças às unidades de conservação no cerrado: o caso do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba	Karla Rosane Aguiar Oliveira
Juventudes extrativistas: percepções sobre o viver na Resex Chico Mendes	Anselmo Gonçalves da Silva
Políticas de integração na Amazônia e a criação do mosaico de unidades de conservação na Terra do Meio, Pará	Roberta Rowsy Amorim de Castro e Ricardo Eduardo de Freitas Maia
Aprendizados sobre sementes crioulas na caatinga cearense: um estudo sobre natureza, agricultura e práticas	Helena Rodrigues Lopes
O dilema do pampa ou campo natural/rangeland: complexidade do desenvolvimento devido à concorrência pela terra e os recursos naturais	Juliana G. Moreira, Marie Opplert e Rodrigo G. Maciel
Reflexos da questão agrária e ambiental na luta pelo território de comunidades tradicionais	Aline Miranda Barbosa

1.2. Temas e problemáticas de pesquisa

Agrupamos os artigos desta primeira seção em torno da relação entre: a) as preocupações com a proteção ambiental, especialmente em torno de políticas públicas, em que se destaca a criação de Unidades de Conservação ou de áreas protegidas; b) os modelos de governança da natureza e c) as experiências e práticas de comunidades tradicionais e outros grupos sociais historicamente territorializados em regiões que vivenciam situações que ameaçam tanto a integridade ambiental quanto sociocultural das populações aí residentes. A definição deste tema resulta do esforço de propor questões comuns para debate neste GT e não esgota as possibilidades de reflexão e problematização dos artigos aqui reunidos.

Um aspecto a ser ressaltado é a adoção, por muitos dos artigos aqui reunidos, de uma perspectiva mais crítica em relação às demandas de proteção ambiental e aos modelos de governança da natureza que foram instituídos nas últimas décadas; crítica esta formulada a partir da perspectiva das populações que sofrem os impactos das políticas públicas conservacionistas. Esta crítica não chega a ser nova, dado que muitos pesquisadores vinculados ao campo da ecologia política já a formularam no passado, mas passa a ser referenciada numa maior multiplicidade de situações empíricas, ao mesmo tempo que revela um esforço de “desnaturalizar” a relação entre comunidades tradicionais e conservacionismo.

Gotlib, em seu texto (*Contrapondo acordos entre pessoas e parques nos contextos brasileiro e sul-africano. O caso da comunidade quilombola Ivaporunduva e dos Bhangazi*), problematiza o que chama de “hegemonia dos projetos de conservação” em detrimento das lutas pela terra de comunidades negras no Brasil e na África do Sul. Ela analisa “as estratégias engendradas por atores estatais a fim de solucionar conflitos” em que a “reparação histórica de comunidades negras por meio da titulação de seus territórios” ocorre em áreas transformadas em unidades de conservação. Dois casos são apresentados: “o processo de titulação da comunidade quilombola de Ivaporunduva, localizada no Vale do Ribeira, titulada integralmente em 2010, e da comunidade Bhangazi, situada na província de Kwazulu-Natal, AFS, titulada em 2003”. O artigo ressalta as determinações legais de conservação impostas sobre as comunidades, que não têm assegurado “o livre manejo de suas terras”. E conclui que “a conversão em *nativos ecológicos* faz-se sob uma perspectiva de conservação pautada num conceito de ambiente que mais se assemelha aos valores modernos e ocidentais, excluindo outras visões de mundo sobre o lugar demandado e suas agências, fazendo naufragar, desde sua concepção, as propostas de empreendimento desenhadas pelos técnicos”. Se o que chamou de “burocratização do conceito antropológico de **populações tradicionais**” permitiu tornar estes grupos visíveis ao Estado, o atendimento a suas demandas por terra e reconhecimento de direitos não se dá sem contradições.

Outro trabalho que tensiona as relações entre populações tradicionais e unidades de conservação é o artigo de **Barbosa** (*Reflexos da questão agrária e ambiental na luta pelo território de comunidades tradicionais*), em que analisa dois casos no Sul do Brasil: dos Agricultores(as) e Pescadores(as) Artesanais dos Areais da Ribanceira (município de Imbituba – Santa Catarina) e do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Paraná (município de Guaraqueçaba – Paraná). Defende-se que a “reivindicação por território suscitada por esses movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais, anunciam que estaríamos diante de uma questão territorial que combina, articula e resignifica o debate sobre a questão agrária e a questão ambiental”. Destaca-se a “negação pelo Estado de formas de uso comum e práticas tradicionais na terra e no mar”. Nos Areais da Ribanceira, o plano diretor do município de Imbituba considerou toda a região como

urbana, negligenciando as práticas e uso tradicional agrícola presentes na área. Já em Guaraqueçaba, a criação de unidades de conservação de proteção integral, como o Parque Nacional do Superagui, representou uma forma de negação por parte do Estado das práticas tradicionais estabelecidas nessa região, tendo em vista que: a “criação de uma área de proteção integral que não permite a presença de seres humanos no seu interior e que gera uma série de restrições ao uso dos recursos naturais no seu entorno é, certamente, uma forma de negar as práticas e uso tradicional estabelecido nessa região”. Ressalta-se, também, que as próprias comunidades ambientalizaram seus discursos como parte das estratégias de luta pela garantia de seus territórios tradicionais, reivindicando que também se tornem unidades de conservação, mas em outras modalidades.

O artigo de **Miranda, Nunes e Ferreira** (*Agricultura familiar e manejo de recursos naturais na bacia hidrográfica Piancó-Piranhas-Açu*) também problematiza os impactos das demandas por conservação ambiental sobre as populações rurais. O trabalho analisa “as práticas agropecuárias e de manejo dos recursos naturais realizadas nas comunidades ribeirinhas de sete municípios localizados na Bacia Hidrográfica Piancó-Piranhas-Açu”, na Paraíba. O estudo revela as contradições entre as exigências legais de preservação e conservação da natureza e os usos realizados por agricultores familiares das áreas de preservação permanente e de reserva legal de suas propriedades, muitas das quais consideradas como mais adequadas para atividades agrícolas ou pecuárias. Assim, buscam confrontar as normas de preservação ambiental da governança pública da natureza com as práticas que são consideradas ambientalmente adequadas pelos agricultores familiares.

Já o artigo de **Oliveira e Bühler** (*A governança dos recursos naturais nas fronteiras agrícolas dos cerrados nordestinos do Brasil*) analisa a associação entre governança pública da natureza e interesses do agronegócio, “buscando compreender a dinâmica de elaboração das leis e normas que regulam o avanço agrícola no Cerrado”. Concluem que: a) “a regularização de propriedades em situação irregular é parte fundamental do processo de regularização da expansão agrícola”; b) “que ao atuar em diversas escalas para interferir na forma de controle e legalização das propriedades, o agronegócio se beneficia dos mecanismos de regulação ambiental e fundiário” e c) que o direcionamento dos mecanismos de gestão ambiental permite ao agronegócio alcançar “a segurança jurídica e a legitimidade ambiental indispensáveis à consolidação de um mercado fundiário regional e à inserção dos produtores no mercado agroalimentar”. Deste modo, defendem que “a forma com a qual o avanço agrícola está sendo regulado, envolvendo as arbitragens entre conservação e exploração da natureza, pode ser interpretado como um momento peculiar da governança ambiental brasileira. Momento em que se evidencia um processo de neoliberalização da natureza definido pela forma com que agentes econômicos se posicionam frente às leis e normas e as traduzem na exploração dos recursos naturais e na conseqüente alteração da dinâmica dos ciclos biológico e hidrológicos”.

O trabalho de **Oliveira** (*Fronteira agrícola, agroestratégias e ameaças às unidades de conservação no cerrado: o caso do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba*) também aborda a relação entre políticas públicas de proteção da natureza (que criam o que chama de “territórios da biodiversidade”) e o avanço do agronegócio no cerrado brasileiro, a partir do caso da “desafetação do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, situado na fronteira entre os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia”. Numa região marcada pelos efeitos da expansão da fronteira agrícola, com crescente apropriação dos recursos naturais, o artigo chama atenção para as estratégias do agronegócio contra os territórios das unidades de conservação já criadas no Brasil.

Dois artigos trazem questões relativas a unidades de conservação na Amazônia.

Silva (no texto *Juventudes extrativistas: percepções sobre o viver na Resex Chico Mendes*) analisa “as percepções de jovens moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes” sobre a vida numa Resex e suas perspectivas de futuro. As questões foram feitas a estudantes do 2º ano do Ensino Médio de duas escolas de comunidades diferentes da Reserva. Entre os pontos positivos de se viver no local, foram destacados a qualidade do ambiente, da alimentação e das interações sociais. Já como pontos negativos, foram destacados problemas de mobilidade para o centro urbano mais próximo, a dificuldade de acesso a tecnologias de comunicação e, para alguns, o fato de alguns moradores não cumprirem as regras ambientais, e, para outros, que as regras que limitam o desmantamento da floresta são ruins, o que revela tensões internas neste aspecto.

O artigo de **Castro e Maia** (*Políticas de integração na Amazônia e a criação do mosaico de unidades de conservação na Terra do Meio, Pará*) analisa como a criação de unidades de conservação, em resposta a disputas pelo controle e exploração dos recursos naturais da Terra do Meio, intensificadas pelas políticas de integração da Amazônia, permitiu que “diversas atividades de fiscalização começassem a ser planejadas e realizadas, culminando na expulsão de ocupantes ilegais (fazendeiros, grileiros, posseiros e madeireiros) e garantindo o direito a posse da terra pelas populações tradicionais habitantes da região”.

Finalmente, um último conjunto de artigos articula a problemática da governança ambiental e das comunidades tradicionais a partir de transformações socioeconômicas e preocupações com a diversidade biológica e integridade ambiental. O artigo de **Carvalho, Alves e Costa** (*Estudo comparativo do processo de intensificação do manejo de açai nas comunidades Santo Antônio e Itamimbuca, no estuário amazônico*) traz um “estudo comparativo do processo de intensificação do manejo de açai em duas comunidades, Santo Antônio e Itamimbuca, no município de Igarapé Miri – Pará, uma das regiões de maior produção de açaí no estado”. O texto revela diferentes processos de intensificação do manejo de açai, através da adoção de diferentes práticas de manejo. O caso analisado problematiza a relação entre o aumento da demanda, pelo mercado, por açaí e as respostas dadas pelas duas comunidades, levadas a alterar as práticas tradicionais de manejo, num contexto de mudança das estratégias produtivas das famílias. Ressalta-se, particularmente, tendências de homogeneização ou diversificação da paisagem como uma das principais diferenças detectadas, afetando a sustentabilidade do manejo dos açai.

O texto de **Moreira, Opplert e Maciel** (*O dilema do pampa ou campo natural/rangeland: complexidade do desenvolvimento devido à concorrência pela terra e os recursos naturais*) abordam um fenômeno global, o chamado “dilema do Rangeland”, em que “áreas de pastagens nativas, ou não melhoradas, passam a sofrer alterações estruturais por pressões econômicas e culturais”, tomando como lugar empírico de reflexão o Pampa brasileiro. Afirma-se que “para muitos países, o dilema é, de um lado, o desenvolvimento baseado na produção agrícola intensiva necessitando a destruição dos ecossistemas de campos naturais sem conhecer o potencial daqueles ecossistemas, e, de outro lado, os caminhos para agregar valor aos campos naturais através de suas funções econômicas, ambientais e sociais levando em consideração o peso importantíssimo das políticas públicas”. Um aspecto destacado é que os campos naturais, anteriormente considerados como “natureza”, tiveram sua status modificação com a “demonização da pecuária” pelo movimento ambientalista, “caso principalmente do bioma Pampa, tanto na Argentina e no Uruguai como no Brasil. E até hoje os próprios pecuaristas gaúchos e os atores locais envolvidos na atividade pecuária não entendem bem como esse conjunto de fatores levaram a fazer da pecuária extensiva um dos vilões da exploração agrária no mundo rural”.

O trabalho de **Lopes** (*Aprendizados sobre sementes crioulas na caatinga cearense: um estudo sobre natureza, agricultura e práticas*) busca “trazer a natureza para o debate, com vistas a criar espaços para uma epistemologia ecológica que permita perceber o *estar vivo* e a continuidade entre natureza e sociedade. As discussões do artigo atravessam, sobretudo, dois mundos - o das sementes crioulas da agricultura familiar e o das sementes da ciência, trazendo para a reflexão a produção de sementes em laboratórios e as relações de mercantilização. A proposta analítica foi iluminada por meio de uma pesquisa de campo realizada na caatinga cearense, microrregião de Sobral, a qual buscou captar as práticas, ditos e feitos, organizadas pelos(as) agricultores(as) no que se refere às sementes crioulas”. Assim, o esforço envolveu “compreender como as sementes crioulas organizadas pelos(as) agricultores(as) através de práticas, não apenas as agrícolas, mas as de reprodução da vida social, mobilizam naturezas. O objetivo principal assim é capturar a emergência de naturezas a partir das práticas, tratando de pensar a própria natureza da sementes, e também de outros entes associadas como água, terra, pessoas. A adoção analítica de ‘emergência de naturezas’ remete aos estudos de Tim Ingold sobre epistemologia ecológica, no âmbito de abarcar discussões que tratem com centralidade a continuidade entre mundos naturais e sociais”.

1.3. Questões para o debate

Para iniciarmos o debate, propomos três questões:

- a. Como as pesquisas apresentadas contribuem para o desenvolvimento de um novo enquadramento teórico e analítico entre lutas de comunidades tradicionais por direitos territoriais e demandas por conservação ambiental?
- b. Como abordar adequadamente tensões entre problemas na governança pública da natureza e a investida do agronegócio contra as unidades de conservação e sua apropriação do discurso ambiental?
- c. Como estes trabalhos contribuem para tratar, teórica e metodologicamente, a interface entre estudos rurais e ambientais?

Sessão 2: Conflitos de uso e acesso à água no campo

2.1. Artigos relacionados

Título do trabalho	Autores(as)
“Cada um vê de um jeito”: as diferentes percepções dos ribeirinhos atingidos pela hidrovía Tapajós-Amazonas	Jaqueline Raquel Cardoso Mesquita e Lívia de Freitas Navegantes Alves
Abastecimento de água no Semiárido do Norte de Minas Gerais: o caso do Vale do Rio Peruaçu, nos Gerais de Januária	Gildarly Cruz, Eduardo Magalhães Ribeiro, Ana Jacqueline Sales Santos e Arida Chagas
Assentamentos rurais em territórios pesqueiros: conflitos e incertezas	Christiane Rodrigues, Elenise Scherer e Antônia Diógenes
Eucalipto, água e sociedade: a construção de representações no Vale do Paraíba Paulista	Clarissa de Araújo Barreto e Sílvio Frosini de Barros Ferraz
Hidrelétrica de Tucuruí: Memórias do deslocamento compulsório dos moradores da Cidade De Jacundá-PA	Erika J. S. Curvina e Edma S. S. Moreira
Pescadores ‘amigos dos botos’ e dois projetos institucionais: uma experiência no caminho do etnodesenvolvimento?	Tanussa Pereira Simas e Marlise Amália Reinehr Dal Forno
Reflexos sociopolíticos contemporâneos na conformação do município de Jacundá – PA a partir da implantação da Usina Hidrelétrica De Tucuruí	Alana Pereira da Silva e Célia Regina Congilio
Representações sociais do rompimento da barragem de Fundão na Revista Globo Rural	João Francisco Alves Mendes
Usos e conflitos por água no Rio Paraíba em face da transposição do Rio São Francisco: segurança hídrica e segurança alimentar no semiárido	Paulo C. O. Diniz e Renato S. Maluf
Análise da governança de recursos de uso comum: o caso dos regimes de acesso na pescaria artesanal do bagre no Rio Grande do Sul, Brasil	Diogo Camargo Pires e Gabriela Coelho-de-Souza

2.2. Temas e problemáticas de pesquisa

Os artigos desta seção estão organizados em três grandes temas; a saber: os impactos da construção de Grandes Projetos Hídricos (Usinas Hidrelétricas, barragens e canais de transposição) sobre o ambiente e as populações dos territórios rurais; as representações sociais da água construídas em contextos de ruralidade, e; os conflitos na gestão das águas envolvendo a pesca artesanal.

O conjunto dos textos reúne um interessante mosaico de estudos de caso. As pesquisas abrangem territórios dos estados do Pará, Paraíba, Minas Gerais, São Paulo, e Rio Grande do Sul. As metodologias empregadas nos estudos perpassam as tradicionais técnicas qualitativas de coleta de relatos orais e entrevistas, somadas ao levantamento de dados secundário e aplicação de questionários.

A despeito do diálogo temático, os trabalhos revelam um amplo espectro de referenciais teóricos. Alguns textos contam com fundamentação teórica mais elaborada. A maior parte dos trabalhos, contudo, é descritiva e dedicada à apresentação de dados dos estudos de caso.

Nesta sessão, contamos com dois trabalhos dedicados aos impactos da construção da Usina Hidrelétrica de Turucuí sobre o município de Jacundá, no Pará. O trabalho de **Curvina e Moreira** (*Hidrelétrica de Tucuruí: Memórias do deslocamento compulsório dos moradores da Cidade De Jacundá-PA*) apresenta resultados parciais de pesquisa de mestrado realizada no Programa de Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia da UNIFESSPA. O artigo tem como objetivo compreender o processo de deslocamento compulsório dos moradores da cidade de Jacundá, promovido pela construção da UHE. O trabalho faz uso das categorias memória e deslocamento compulsório para problematizar junto aos moradores os efeitos que a referida hidrelétrica causou aos seus modos de vida com o total alagamento da cidade. O texto de **Silva e Congilio** (*Reflexos sociopolíticos contemporâneos na conformação do município de Jacundá – PA a partir da implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí*), atrelado a pesquisa coordenada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ), também lança mão da noção de memória, mas dedica mais atenção à discussão sobre condições de vida dos atingidos. Os resultados mais significativos dos dois estudos apontam para as perdas materiais e simbólicas da população atingida, submetida a um vago ideário de desenvolvimento bastante distante de seu cotidiano e de sua história.

Também na temática dos Grandes Projetos Hídricos e populações atingidas, o texto de **Mesquita e Alves** (*“Cada um vê de um jeito”: as diferentes percepções dos ribeirinhos atingidos pela hidrovía Tapajós-Amazonas*) discute as diferentes percepções dos ribeirinhos da Ilha do Capim (Pará) acerca da hidrovía Tapajós-Amazonas. Estas percepções variam de acordo com a localização/setor das famílias na ilha e com as histórias individuais e coletivas. Diferentes conflitos socioambientais foram relatados com base na localização das famílias. Dentre os conflitos estão a diminuição do pescado, a circulação de estranhos na ilha (com aumento da violência e consumo de entorpecentes), seca do miriti e do açaí e poluição do ar e da água. O projeto de futuro de cada unidade familiar também surgiu como variável importante na diversidade de percepções.

O artigo de **Mendes** (*Representações sociais do rompimento da barragem de Fundão na Revista Globo Rural*) interpreta as representações sociais dos impactos socioambientais do rompimento da barragem de rejeitos em Mariana – Minas Gerais. Discute as representações da tragédia construídas no site eletrônico da revista Globo Rural. O autor argumenta acerca do baixo interesse da revista em tratar dos impactos do rompimento da barragem na vida das famílias agricultoras. A estratégia de cobertura empregada pela equipe da revista daria atenção menor à condição dos atingidos do que aos aspectos econômicos e jurídicos da ocorrência – aspectos estes atrelados sobremaneira à condição das empresas responsáveis pela barragem.

O artigo de **Cruz e colaboradores** (*Abastecimento de água no Semiárido do Norte de Minas Gerais: o caso do Vale do Rio Peruaçu, nos Gerais de Januária*) analisa a gestão da água nas comunidades de Araça e onça, no vale do rio Peruaçu, afluente do São Francisco, em Januária – Minas Gerais. As duas comunidades convivem com a escassez de água e o abastecimento é feito por meio de “águas produzidas”, conforme definem os autores – isto é, águas fornecidas por equipamentos ou programas públicos. Desde a década de 2000, as águas vêm sobretudo de poços artesianos comunitários e das cisternas de placas. O estudo revela como esta situação crítica de abastecimento tem afetado a produção de alimentos, levando as famílias rurais da comunidade a dependerem crescentemente do comércio urbano. Revela, ainda, a criatividade e a capacidade de

gestão local da água pelas referidas famílias, que criam regras próprias e formas de mediação para lidar com as fontes de acesso disponíveis.

Também inscrito na temática dos conflitos de uso e acesso à água no campo, o artigo de **Diniz e Maluf** (*Usos e conflitos por água no Rio Paraíba em face da transposição do Rio São Francisco: segurança hídrica e segurança alimentar no semiárido*) analisa o impacto da obra de transposição das águas do rio São Francisco sobre as populações locais a partir da inauguração do eixo Leste, em Monteiro (Paraíba). O trabalho mostra que, a despeito do uso político da obra, que reproduz conhecidas práticas da histórica “indústria da seca”, seu impacto para a cidade de Campina Grande e região foi decisivo para a superação do colapso hídrico de quase três anos. Os autores argumentam que a questão mais problemática em torno da obra teria relação com seu caráter concorrencial; ou seja, o acesso às águas da transposição seria garantida a alguns grupos sociais, em detrimento de outros – neste último caso, notadamente os indenizados, ribeirinhos e assentados.

Sob a perspectiva da teoria das representações sociais e também em diálogo com a problemática da água, **Barreto e Ferraz** (*Eucalipto, água e sociedade: a construção de representações no Vale do Paraíba Paulista*) discutem como as plantações de eucalipto são concebidas no universo simbólico de moradores dos municípios de Caçapava, Santa Branca e Cunha, no Vale do Paraíba paulista. Os autores mostram a construção de diferentes representações da relação água e eucalipto, com predomínio de visões negativas que associam as plantações à baixa disponibilidade hídrica regional. Expressões como “puxa muita água”; “consome muita água”; “exige muita água”; “suga a água”; “reduz a água”; “prejudica a água”; “ocupa muita água”; “acaba com a água”, e; “diminui a água”, marcam as representações dos entrevistados em relação ao cultivo do eucalipto, e estão para além dos dados de bases técnicas que podem ou não construir associações parecidas. Neste sentido, a história dos usos socioambientais dos territórios e de seus recursos ganha importante relevância, sobretudo em arenas descentralizadas de governança dos recursos naturais.

O artigo de **Rodrigues, Scherer e Diógenes** (*Assentamentos rurais em territórios pesqueiros: conflitos e incertezas*) problematiza a prática pesqueira na comunidade Salvação, pertencente a um Assentamento Agroextrativista. Trata-se de uma zona de ecossistema de várzea no Baixo Amazonas, foco de planos de manejo voltados ao controle do acesso à pesca e à pecuária. O estudo mostra como a gestão do Assentamento, que envolve IBAMA e INCRA, contraditoriamente incrementou a pesca predatória de algumas espécies, além de contribuir para a invisibilização do trabalho feminino envolvido particularmente na pesca do camarão.

O artigo de **Simas e Dal Forno** (*Pescadores ‘amigos dos botos’ e dois projetos institucionais: uma experiência no caminho do etnodesenvolvimento?*) adota a perspectiva do etnodesenvolvimento para abordar a Pesca Cooperativa de pescadores artesanais profissionais na barra do rio Tramandaí, no Rio Grande do Sul. A pesca é realizada com tarrafa e lança mão do auxílio de golfinhos que adentram o canal em busca de alimento e com movimentos de cabeça ou cauda apontam a localização do cardume. As abordagens destes “sujeito ecológicos”, das tradições culturais e da participação política são desenvolvidas no texto, que se baseia na experiência de projetos de extensão universitária desenvolvidos na região. Uma importante contribuição do estudo é justamente sua iniciativa de trazer o debate sobre etnodesenvolvimento, fortemente focado em contextos amplos de atuação Estados Nacionais, para micro-espços sociais.

Por fim, também tratando do tema da pesca, no Rio Grande do Sul, o estudo de **Pires e Coelho-de-Souza** (*Análise da governança de recursos de uso comum: o caso dos regimes de acesso na pescaria artesanal do bagre no Rio Grande do Sul*) analisa a

governança de recursos de uso comum. Trata, em particular, da pesca do bagre no Rio Grande do Sul e da atuação de um fórum de pescadores na resolução do conflito instalado pela restrição da pesca. O trabalho revela a fraca interlocução entre as instituições envolvidas na atividade pesqueira do estado. O fórum de pescadores, por sua vez, não teve espaço de atuação nas discussões sobre a decisão de proibição da pesca do bagre. E os dados secundários que ampararam a proibição, ainda argumentam os autores, são questionáveis. O estudo conclui pela importância da gestão comunal e destaca a necessidade da inclusão das populações tradicionais nas tomadas de decisão.

2.3. Questões para o debate

A partir da síntese desta segunda sessão, algumas questões:

1. Seria pertinente afirmar que o processo de *Modernização da Agricultura* e a inserção de um *Grande Projeto Hídrico* se manifestam como sendo momentos de uma mesma lógica de capitalização do espaço? Isto é, às barragens/reservatórios/canais de transposição caberia um processo amplo de *desterritorialização* (através de atos desapropriatórios) para que, então, se efetive a construção de *novos territórios*, com alteração das formas de reocupação, novas opções produtivas (ou especulativas) e com um nível de capitalização mais acentuado?
2. A participação social nos debates sobre desenvolvimento e sustentabilidade no campo vem sendo requeridas em diversos níveis tanto por movimentos sociais quanto por políticas públicas de corte territorial. Contudo, nos últimos anos, muitos estudos revelaram a fragilidade desta participação, sobretudo no que concerne à chamada governança ambiental – situação confirmada nos resultados de alguns dos estudos que compõem esta sessão. Neste contexto, indaga-se: quais seriam as contradições mais substantivas para o debate efetivo sobre desenvolvimento rural e sustentabilidade no âmbito dos próprios territórios rurais? A desigualdade econômica per se determinaria em última instância estas contradições? Quais outras assimetrias sociais são recorrentes e relevantes nestes contextos?
3. No Brasil, a despeito de todo regimento jurídico contrário, a propriedade da terra se consolidou historicamente como condição ao acesso à água nos territórios rurais. Em que medida as políticas públicas de ampliação das formas de abastecimento de água nos espaços rurais conseguiram alterar este regime de dominação simbólica do recurso?

Sessão 3: As múltiplas interfaces entre ruralidades e meio ambiente

3.1. Artigos relacionados

Título do trabalho	Autores(as)
A interface do habitar e a arquitetura rural vernácula	Mayan Maharishi e Marivaldo Aparecido de Carvalho
Mudanças climáticas e a segurança alimentar	Brigida C. Laura
O bioma caatinga e os estabelecimentos rurais camponeses: um olhar sobre as perspectivas e os desafios na atualidade	João Rafael Gomes de Moraes
Relações cidade-campo e a produção de ruralidades e da natureza na metrópole de Belo Horizonte a partir da análise do espaço rural do município de Brumadinho	Felipe Pimentel Palha
Transformações no meio rural: o jovem e a agricultura familiar contemporânea	Cleverson Aléssio da Silva e Hieda Maria Pagliosa Corona
Um dilema na sustentabilidade do pampa brasileiro: resistência e inclusão produtiva na pecuária familiar	André Alfredo Coelho, Andréia Nunes Sá Brito e Vicente Celestino Pires Silveira
A mobilização de categorias ambientais pelo MAPA na construção discursiva do etanol “sustentável”	Mariana Bombo Perozzi Gameiro
Alguns elementos sobre a realidade agrária e suas implicações para o Desenvolvimento Rural: breve síntese teórica	Alessandra Regina Müller Germani, Ana Paula Schervinski Villwock e Jacir João Chies
Percepção da natureza: trabalho e moral no pensamento camponês	Marivaldo Aparecido de Carvalho e Rosana Passos Cambraia
A dádiva da terra: relações de trabalho, produção e terra entre agricultores familiares e feirantes	Camila Benjamim Vieira
Apropriação capitalista do campo, os conflitos territoriais e a atuação do Estado brasileiro	Kleitton Luiz Carvalho
Agricultura familiar e desenvolvimento rural: oportunidades e desafios na implementação do código florestal brasileiro	Ana Luisa Araújo de Oliveira
Questão agrária e o agronegócio no Vale Do Jequitinhonha/Mg: entre a superexploração e a resistência	Mariane Rodrigues Silva e Ângela Aparecida Santos

3.2. Temas e problemáticas de pesquisa

Nesta seção final, estão reunidos artigos que tratam de diferentes dimensões das interfaces entre ruralidades e meio ambiente, explorando inclusive alguns temas que não eram comuns quando considerados os eventos anteriores da Rede de Estudos Rurais. O acolhimento destes trabalhos, portanto, aponta para a diversidade de interesses neste

campo, notadamente interdisciplinar, e pode também inspirar maiores investimentos em direções novas de investigação.

Dois artigos buscam articular a interface ruralidade e meio ambiente com a temática urbana. Essa é uma linha promissora de pesquisa. No trabalho de **Silva e Corona** (*Transformações no meio rural: o jovem e a agricultura familiar contemporânea*), busca-se compreender como a juventude rural constrói as relações com a cidade, num contexto marcado pelo processo de modernização agrícola, mas também de busca de alternativas sustentáveis e ecológicas adotadas por agricultores familiares no Brasil. Assim, defende-se que “as crises socioambientais” produzem também “formas de resistência” entre os jovens, que lideram experiências de ressignificação das práticas e dos saberes para uma “ecologização da agricultura”, bem como pelo estabelecimento de “relações de complementariedade entre rural e urbano”.

Já o artigo de **Palha** (*Relações cidade-campo e a produção de ruralidades e da natureza na metrópole de Belo Horizonte a partir da análise do espaço rural do município de Brumadinho*) reflete sobre a produção do espaço rural no município de Brumadinho fortemente influenciada pelos processos de urbanização na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Em Brumadinho, “a presença de atividades de mineração, instalação de condomínios horizontais fechados e o turismo pressionam o espaço rural. Essas transformações foram acompanhadas pela elaboração de discursos e representações que procuram associar natureza e ruralidade em oposição às cidades e o caos”, reforçados pela presença de unidades de conservação no município. Apesar dessa valorização da associação entre ruralidade e meio ambiente, o autor alerta que a “condição de subalternidade” de camponeses e moradores mais pobres desse espaço rural que se constitui tende a se perpetuar, na medida em que não são incluídos como protagonistas das transformações espaciais recentes, controladas “interesses das atividades de turismo e dos empreendedores imobiliários colocados como capazes de gerar desenvolvimento local”.

Dois outros trabalhos buscam pensar a relação entre a conservação de ecossistemas como o Pampa e a Caatinga e os desafios postos à organização familiar da atividade agropecuária. **Coelho, Brito e Silveira** (*Um dilema na sustentabilidade do pampa brasileiro: resistência e inclusão produtiva na pecuária familiar*) ressaltam o papel da “pecuária familiar” na conservação do Bioma Pampa brasileiro, categoria social porém invisibilizada e ameaçada em sua reprodução social em virtude da presença de outros projetos produtivos que rapidamente se tornam hegemônicos. As ameaças à pecuária familiar seriam também ameaças ao Pampa. Os autores concluem que “a Pecuária Familiar, resistente ao processo de modernização, continua exercendo sua atividade mais sincronizada às condições socioambientais do que com as diretrizes de mercado”.

Nesta mesma linha, **Morais** (*O bioma caatinga e os estabelecimentos rurais camponeses: um olhar sobre as perspectivas e os desafios na atualidade*), em seu trabalho, propõe-se a “investigar as perspectivas e soluções presentes na produção acadêmica recente sobre as estratégias de sobrevivência (econômica, produtiva e ambiental) dos estabelecimentos rurais camponeses circunscritos no bioma caatinga de clima semiárido”. Neste sentido, “busca articular (...) as questões ambientais do bioma com a demanda de inclusão socioprodutiva (segurança alimentar e geração de renda) do campesinato como estratégia de combate à pobreza rural e promoção do bem estar socioambiental”. A questão gira em torno da “viabilidade social, econômica e ambiental dos estabelecimentos rurais camponeses no bioma caatinga”.

Finalmente, dois artigos que trazem temas diferentes e que contribuem para mostrar a diversidade de aspectos que conectam ruralidades e meio ambiente. **Laura**

(*Mudanças climáticas e segurança alimentar*) chama atenção em seu trabalho que as áreas rurais podem estar entre as mais vulneráveis para enfrentar os efeitos das mudanças climáticas, especialmente pelo grande contingente de pobres, dependentes de produção agrícola, que por sua vez pode ser cada vez mais afetadas pelas variações climáticas. Neste sentido, defende que o tema da segurança alimentar deve ser central no debate, em especial na América Latina, sobre os cenários futuros.

O artigo de **Maharishi e Carvalho** (*A interface do habitar e a arquitetura rural vernácula*), a partir de pesquisa realizada em São Gonçalo do Rio das Pedras (MG) e entorno, reflete sobre as interfaces do Habitar, a arquitetura rural vernácula e a relevância que materiais e processos ocupam em nossas vidas. A “arquitetura vernácula possui uma ligação vital com o local, sua base é alicerçada em materiais locais e se orienta também pelas condições locais de clima, espaço e organização social”. A pesquisa buscou repertoriar o saber local sobre as construções de casas, espaços de trabalho e ranchos. Verificou-se que moradores da região utilizam diferentes materiais e tecnologias próprias: “o uso de materiais como pedras, madeiras, terra, bambu, fibras, envolvem tecnologias específicas” sem uso de energia elétrica ou de combustíveis fósseis. Em cada local, ainda, existem recursos naturais inerentes ao ambiente “e o fazer humano se constitui conforme existe a experimentação e multiplicação de saberes”. Ressalta-se, porém, que há uma “crise em relação às construções e ao habitar. Verifica-se as funções ambientais dos espaços rurais na perspectiva da construção como um modo de adaptar os materiais locais e sua relação com o ambiente”.

O artigo de **Gameiro** (*A mobilização de categorias ambientais pelo MAPA na construção discursiva do etanol “sustentável”*) analisa a construção discursiva do etanol como commodity sustentável no mercado global de combustíveis. Para tanto, demonstra como os agentes ligados à agroindústria sucroalcooleira mobilizaram durante os anos 2000 um amplo repertório de signos classificatórios, com apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, para ressignificar os impactos sociais e ambientais do cultivo de cana-de-açúcar sobre o trabalho e os territórios rurais. O estudo indica como o debate em torno das energias limpas e renováveis pode mascarar, a depender dos agentes e classes sociais envolvidas, os conflitos agrários e socioambientais que marcam os territórios rurais no Brasil.

O artigo de **Germani, Villwock e Chies** (*Alguns elementos sobre a realidade agrária e suas implicações para o Desenvolvimento Rural*) apresenta uma reflexão teórica sobre a noção de desenvolvimento rural. As autoras argumentam que a noção de desenvolvimento rural surgiu como estratégia teórica para orientar a formulação de políticas públicas, bem como alavancar a consolidação da categoria agricultura familiar. A noção contribuiria, assim, para enfrentar os limites apontados por grande variedade de estudos acerca do processo de modernização da agricultura nacional. Ainda assim, o aprisionamento do debate entre os estudos do “novo rural”, de um lado, e aqueles focados na permanência dos impasses clássicos de formação do tecido social brasileiro (caso do polêmico texto “As sete teses sobre o rural brasileiro”), de outro, dificultaria a elaboração de uma nova agenda efetiva de desenvolvimento para nossos territórios rurais.

Em debate com a literatura específica, **Carvalho** (*Apropriação capitalista do campo, os conflitos territoriais e a atuação do Estado brasileiro*) apresenta uma reflexão sobre a influência do capital nos conflitos territoriais rurais e o papel do Estado nesta arena de disputas no país. O texto reúne dados e interpretações que reforçam a urgência da redistribuição de terras no Brasil e a redefinição do papel do Estado, que no mais das vezes atua como mediador e financiador do agronegócio. E isso mesmo em empreendimentos com impactos sociais e ambientais negativos inquestionáveis.

Na problemática questão agrária, Estado e agronegócio, **Silva e Santos** (*Questão agrária e o agronegócio no Vale Do Jequitinhonha/Mg:*) apresentam estudo sobre o contexto de exploração da força de trabalho e dos recursos naturais no Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais. As autoras mostram como a região é marcada por investimentos públicos e privados que favorecem o processo expansionista do agronegócio, concentrando terras e recursos hídricos em empreendimentos de grandes grupos econômicos nacionais e transnacionais.

Também influenciados pelo contexto da desigualdade social no Vale do Jequitinhonha, **Carvalho e Cambraia** (*Percepção da natureza: trabalho e moral no pensamento camponês*) apresentam uma reflexão sobre os aspectos éticos do trabalho camponês e sua capacidade de resistência ao modelo hegemônico capitalista de exploração da natureza. As bases empíricas para esta reflexão são as comunidades rurais do Alto Jequitinhonha, na região de Itamarandiba e de Veredinha. O estudo ressalta como a relação entre terra e lavrador demonstra importante particularidade, na medida em que a terra é sentida pelo camponês como ser com vida própria, que sente cansaço e carece de alimento. História e natureza também possuem representações específicas entre estes camponeses, cujas representações da existência transcendem a materialidade imediata.

O artigo de **Vieira** (*A dádiva da terra: relações de trabalho, produção e terra entre agricultores familiares e feirantes*) apresenta estudo sobre o circuito de feiras de agricultores familiares assentados no município de Araraquara – São Paulo. Na pesquisa são discutidos a produção na terra e a circulação na feira, submetidos às trocas e dádivas entre os agentes envolvidos e à temporalidade cíclica na natureza e da vida rural. No caso, conclui a autora, não se trata de ser feirante: a identidade mantida é a de agricultores assentados.

A agricultura familiar também é tema do trabalho de **Oliveira** (*Agricultura familiar e desenvolvimento rural*). Seu objetivo é discutir as oportunidades e os desafios da agricultura familiar e do Estado na implementação do Código Florestal editado em 2012. O estudo mostra que o Cadastro Ambiental Rural tem o potencial de localizar espacialmente a agricultura familiar, bem como fornecer diagnósticos das situações ambientais das propriedades. Entretanto, a autora ressalta que há o importante desafio de como o Estado irá tratar da heterogeneidade desta agricultura. Sabidamente, o marco regulatório aprovado atribui ao Estado o papel de fomentar políticas públicas de apoio à regularização ambiental. Este apoio responderia, por exemplo, ao amparo à recuperação das áreas de preservação permanente e reserva legal das propriedades cadastradas.

3.3. Questões para o debate

A partir da síntese desta terceira sessão, algumas questões:

1. Como podemos conectar os processos de urbanização às nossas reflexões acerca das interfaces entre ruralidades e meio ambiente? Que tipos de conflitualidades próprias estes processos produzem nos espaços rurais?
2. Como definir teórica e heurísticamente as relações entre modernidade, modernização e crises socioambientais?
3. Retomar um antigo debate, mas sempre atual: como escapar a diferentes formas de determinismo ambiental sem desconsiderar as formas complexas e históricas da interação entre seres humanos e natureza?

4. Vários estudos analisam a relação entre Estado e agronegócio em sentido unívoco – isto é, do primeiro como mero suporte à expansão do segundo. Entretanto, a burocracia público-ambiental e as políticas agrárias não trariam luzes aos caráter multifacetado do Estado?